



FACULDADE CALAFIORI

**AUTORAS: JÉSSICA CRISTINA NÓGIMO BORGES
MARIA JOSÉ APARECIDA DOS REIS**

**JOGOS E BRINCADEIRAS A PARTIR DE
RECICLAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG

2013

AUTORAS: JÉSSICA CRISTINA NÓGIMO BORGES
MARIA JOSÉ APARECIDA DOS REIS

JOGOS E BRINCADEIRAS A PARTIR DE RECICLAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada à
Faculdade Calafiori como parte
dos requisitos para a obtenção
do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Professora
Especialista Valéria Cristina
Ruiz Felix.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2013**



A reciclagem do lixo abre as portas rumo a um futuro mais promissor para a vida. Além de solução, funciona como mola propulsora da conscientização ambiental e comunitária.

(Christopher Wells apud MATTOS, 2011, p. 1)

EU, JÉSSICA, dedico ao meu pai Antônio e minha mãe Elisabete, que mais do que me proporcionar uma boa infância e vida acadêmica, formaram os fundamentos do meu caráter;

Ao meu irmão Vinícius pela amizade e respeito;

Ao meu namorado Guilherme pelo carinho, compreensão e companheirismo, pois sempre que eu pensava em desistir, ele me dava forças para continuar, sendo uma pessoa especial na minha vida e que me ensinou muitas coisas e que uma delas foram que por mais que o caminho esteja difícil e doloroso, devo prosseguir pois lá na frente quando esse caminho já estiver no final, olharei para trás e me sentirei vitoriosa, obrigada por sempre estar ao meu lado me dando forças.

EU, MARIA JOSÉ, dedico aos meus pais Eva e Vicente, pois confiaram em mim e me deram esta oportunidade de concretizar e encerrar mais uma caminhada da minha vida. Sei que eles não mediram esforços pra que este sonho se realizasse, sem a compreensão, ajuda e confiança deles nada disso seria possível hoje;

Ao meu irmão Wemersom por todo o carinho que tem para comigo;

Ao meu namorado Leonam, pela paciência, compreensão, carinho e amor, e por me ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas pareciam não aparecer. Você foi a pessoa que compartilhou comigo os momentos de tristezas e alegrias.

Dedicamos a nós mesmos, companheiras de Trabalho de Conclusão de Curso, pela confiança e credibilidade uma na outra, durante todo período de graduação e pelo mútuo aprendizado de vida, durante nossa convivência, no campo educacional, profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

EU, JÉSSICA, agradeço a Deus, pela sua presença constante na minha vida, sem que eu precise pedir, pelo auxílio nas minhas escolhas e me confortar nas horas difíceis.

EU, MARIA JOSÉ, agradeço a Deus todo-poderoso pelo dom de vida que me concedeu e por ter iluminado o meu caminho durante todos estes anos, por ter me oferecido à oportunidade de viver, evoluir, crescer....

AGRADECEMOS a Deus pela oportunidade de conseguir concluir a tão sonhada graduação em Pedagogia, a todos os educadores que nos ajudaram a agregar valores em nossa bagagem de aprendizado, que sempre estiveram dispostos a nos ensinar, nos apoiar e estiveram presentes em todos os momentos de dificuldades e dúvidas, a Faculdade Calafiori por todo apoio e preocupação em nos fornecer excelentes mestres e doutores em Pedagogia pensando em nosso futuro e pensando nos valores que poderíamos agregar em nosso período de graduação, agradecemos a todos aqueles que acreditaram e torceram por nós e em especial a nossa orientadora professora Especialista Valéria Cristina Ruiz Felix que esteve sempre ao nosso lado, nos incentivando, orientando e mostrando que nós somos capazes de ir muito além, se nos dedicarmos e focarmos no futuro.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 12 |
| CAPÍTULO 2 – OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA | 23 |
| 2.1 PRELIMINARES..... | 23 |
| 2.2 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS, DO BRINCAR E DA BRINCADEIRA COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM | 30 |
| 2.3 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO JOGAR E AS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 35 |
| CAPÍTULO 3 – RECICLAGEM NO PROCESSO EDUCACIONAL: ATRAVÉS DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL..... | 40 |
| 3.1 NOÇÕES BÁSICAS..... | 40 |
| 3.2 A RECICLAGEM NO PROCESSO EDUCACIONAL | 46 |
| 3.3 A SUCATA COMO FATOR LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ... | 52 |
| 3.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 55 |
| CONCLUSÃO | 58 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 60 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| FIGURA | pg |
|--|-----------|
| Figura 1 – Vestimentas das crianças na Idade Média | 13 |
| Figura 2 – Crianças sendo cuidadas nas creches de antigamente | 15 |
| Figura 3 – Crianças brincando de amarelinha | 26 |
| Figura 4 – Crianças brincando na escola | 28 |
| Figura 5 – Crianças brincando na escola e sendo auxiliadas pela professora | 36 |
| Figura 6 – Lixo urbano – lixão | 41 |
| Figura 7 – Usina de compostagem | 42 |
| Figura 8 – As principais cores da reciclagem | 45 |
| Figura 9 – Reciclagem – professora e alunos confeccionando jogos | 50 |
| Figura 10 – Brinquedos feitos de reciclagem | 53 |
| Figura 11 – Jogos feitos de reciclagem | 53 |
| Figura 12 – Jogo de boliche | 56 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil

RESUMO

O brincar em épocas remotas não tinha praticamente nenhum valor, principalmente porque a criança era vista como um adulto em miniatura, ou seja, se vestia como tal, era preparado para trabalhar e sempre estava em ambientes nos quais não eram próprios para ela. Com o passar dos tempos, a criança começou a ser percebida, e conseqüentemente a ter direitos ao brincar com jogos e brincadeiras, a ser realmente criança. Por outro lado, o meio ambiente também veio se degradando e lixos e mais lixos vem degradando-o. Logicamente que campanhas e projetos do governo têm contribuído para que minimize tal feito, mas o problema ainda é grande. Assim, surgiu a ideia de pesquisar como poderia estar conscientizando as crianças da Educação Infantil a respeito de reciclar o lixo e ao mesmo tempo confeccionar jogos e realizar brincadeiras por meio de sucatas, fazendo uma junção entre a Educação Ambiental e o lúdico em prol do desenvolvimento da criança. Portanto, o objetivo geral da presente pesquisa foi mostrar como a confecção de jogos e brincadeiras por reciclagem conscientizam crianças da Educação Infantil quanto a não degradação do meio ambiente e conseqüentemente traz a elas atividades lúdicas que as conduzirão ao desenvolvimento global. Concluiu-se que a junção, Educação Ambiental e lúdico, é algo extremamente importante ao desenvolvimento da criança, pois com os jogos e brinquedos ela sente prazer em aprender e ao confeccioná-los ela se conscientiza de que o lixo pode se transformar em algo tão lindo e criativo como qualquer brinquedo industrializado. E o melhor disso, é que ela mesma que o constrói a sua maneira, produzindo assim nela a autonomia. O trabalho foi desenvolvido por meio de estudo de referencial teórico.

Palavras-chave: Brincar. Jogos. Brincadeiras. Reciclagem. Educação Ambiental.

ABSTRACT

Playing in ancient times had virtually no value, mainly because the child was seen as a miniature adult, or dressed as such, was prepared to work and was always in environments which were not her own. With the passage of time, the child began to be perceived, and therefore have rights to play with games and activities, to be truly child. Moreover, it also came to the environment and degrade waste and more waste is degraded it. Logically campaigns and government projects have contributed to minimize such a feat, but the problem is still large. Thus, the idea of search as might be aware of kindergarten children about recycling waste while fabricate games and perform tricks through scraps, making a junction between Environmental Education and playful for the development of child. Therefore, the general objective of this research was to show how the production of games and activities for children recycling more aware of early childhood education as no degradation of the environment and consequently brings them play activities that lead to global development. It was concluded that the junction, Environmental Education and playful, is extremely important to a child's development, as with games and toys she feels pleasure in learning and confection them she realizes that the trash can turn into something so beautiful and creative as any toy industrialized. And the best of it is she herself that builds its way, thus producing her autonomy. The work was developed through theoretical study.

Key words: Play. Games. Jokes. Recycling. Environmental Education.

INTRODUÇÃO

O brincar é algo tão rico que por meio dessa ação pode ser trabalhada uma série de fatores importantes para o desenvolvimento da criança da Educação Infantil.

Dentre esses fatores, está em fazer com que a criança tenha liberdade de pensar, de ser crítica, de se conscientizar sobre algo, de construir a sua autonomia, sendo que tudo de forma divertida e criativa.

Sabe-se que o meio ambiente tem sido cada dia mais degradado pela ação humana, e que mesmo com campanhas do governo e projetos educacionais ainda o problema continua e aumenta a cada dia.

Desta forma, surgiu a ideia de como seria interessante à junção Educação Ambiental/lúdico para conscientizar as crianças da Educação Infantil sobre estarem reciclando o lixo de suas casas para confeccionarem jogos e realizar brincadeiras. Portanto, o objetivo geral da pesquisa será mostrar como a confecção de jogos e brincadeiras por reciclagem conscientizam crianças da Educação Infantil quanto a não degradação do meio ambiente e conseqüentemente traz a elas atividades lúdicas que as conduzirão ao desenvolvimento global.

E como objetivos específicos:

- Destacar a origem e evolução da educação infantil;
- Analisar os jogos e brincadeiras na infância;
- Retratar a reciclagem no processo educacional através dos jogos e brincadeiras na educação infantil.

A Educação Ambiental é a ferramenta mais poderosa para equilibrar as relações do homem com o Meio Ambiente, permitindo que ambos coexistam em harmonia e prosperidade. Assim, a escola constitui a etapa principal na aprendizagem da Educação Ambiental; embora possa ser crucial, esta etapa não é seguramente a última, mas apenas um degrau. Assim, quanto mais auxílio melhor.

A problematização da pesquisa será: É interessante que o educador faça a junção Educação Ambiental/lúdico?

Essa problematização será discutida e fundamentada em três capítulos:

Capítulo 1 – serão apresentadas a origem e evolução da infância e da Educação Infantil;

Capítulo 2 – serão mostrados como os jogos e brincadeiras são importantes para as crianças da Educação Infantil e como o professor pode trabalhá-los em prol do desenvolvimento das mesmas.

Capítulo 3 – serão destacados como o lixo, reciclagem e sucata podem estar confeccionando jogos e promovendo brincadeiras que auxiliarão na Educação Ambiental.

Será utilizado como recurso metodológico um levantamento bibliográfico. “A revisão bibliográfica é construída com as várias fontes pesquisadas sendo uma discussão entre os autores da qual resulta uma consideração final” (MINAYO, 2004, p. 67).

CAPÍTULO 1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O objetivo deste capítulo é apresentar um esboço da origem e evolução da Educação Infantil, uma vez que durante vários períodos históricos, esse período educacional foi de total responsabilidade familiar ou do grupo social a qual a criança era vinculada. De acordo com Ariès (2006, p.27),

(...) as crianças na Idade Média, eram tratadas de uma maneira sistematizada em alguns costumes legados da Antiguidade, onde o pai definia o papel das crianças que incluía também, o de tirar-lhe a vida, caso o rejeitasse. No mundo germânico, além do poder do pai exercido no seio da família, existia o poder patriarcal, exercido pela dominação política e social. Nas sociedades antigas, o *status* da criança era nulo, sua existência no meio social dependia totalmente da vontade do pai, podendo, no caso dos deficientes e das meninas, ser mandados para prostíbulos em lugar de serem mortas; em outros casos, as crianças pobres, eram abandonadas ou vendidas. Com a ascensão do cristianismo, o modo de lidar com as crianças mudou, apesar da mudança ter sido em um processo lento.

Como se percebe pela citação acima, a sociedade medieval não valorizava a infância, sendo que a vida da criança pertencia aos pais, podendo dela fazer o que quisesse até matá-la.

A criança era cuidada de forma dispersa e difusa pela comunidade em geral, sendo pouco estreitos os vínculos afetivos maternos e paternos. As relações entre pais e filhos não se caracterizavam pela intimidade ou por intensidade emocional (ROSEMBERG, 2001).

A criança usava trajes de adultos e participavam de brincadeiras, festas e jogos, de momentos com os mesmos, como se fossem “um adulto em miniatura”. Não havia um ambiente próprio para a criança. Tais ações puderam ser comprovadas por meio de pinturas e quadros daquela época (FIGURA 1).

Neotte (2013, p. 1) comenta que,

(...) no Quadro de Largillière, 1695 retrata as vestimentas das crianças da nobreza. Vestindo-se como mini adultos: golas franzidas, anquinhas, calções bufantes, mangas ornamentais, saias compridas e pesadas, sapato de salto e chapéus grandiosos.



Figura 1 - Vestimentas das crianças na Idade Média – Quadro de Largillière, 1695
Fonte: <http://www.google.com.br/>

Cruz (2000, p. 45) explica que “assim que deixava o cueiro, a criança se vestia como os outros homens e mulheres, nada nos trajes medievais a separava do adulto, embora a roupa mostrasse a hierarquia social.”

Além disso, com o tempo, as meninas e os deficientes eram colocados em prostíbulos, tamanho descaso pela infância. Apenas, no Cristianismo, que a infância começa a ser valorizada, ainda que de forma bem amena.

Com a chegada do capitalismo, percebe-se uma crescente preocupação com a infância (CRUZ, 2000). Entretanto essa preocupação era devido às mães trabalharem nas fábricas e não terem com que deixar os seus filhos.

Nesse período, havia creches para que essas crianças fossem assistidas e cuidadas, onde suas necessidades básicas eram supridas, entretanto não havia atividades pedagógicas, não havia jogos e nem brincadeiras com esse objetivo. Mas, esse suporte às crianças se enquadrava somente àquelas, cuja mãe trabalhava, é que as outras teriam de trabalhar, eram humilhadas, exploradas em fábricas de tecidos, carvoeiros e não tinham a infância protegida.

Portanto, a Educação Infantil ainda não possuía nenhuma legislação instituindo-a como direito da criança.

Dessa forma, como no mundo, a preocupação com a Educação Infantil no Brasil é algo recente mais propriamente no século passado, pois até o século XIX, crianças negras eram escravas e anos depois crianças brancas e negras trabalhavam nas fábricas sem o mínimo de direito a ter uma infância digna.

Assim, destaca-se que no Brasil, até meados do século XIX, quase não existiam instituições de atendimento à infância. Este percurso por outro lado, só foi possível porque também se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância. Existia, nesse período, apenas a “Casa dos Expostos”, chamada também de “Roda dos Expostos”, a qual oferecia assistência às crianças da primeira idade que eram abandonadas. Diversas instituições, como esta, foram criadas e tinham como objetivo dar assistência às necessidades básicas da criança (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Portanto, cabe informar que a instituição Casa ou Roda dos Expostos, segundo Craidy e Kaercher (2001), era considerada como as creches populares, que atendiam somente ao que se referia à alimentação, higiene e segurança física (FIGURA 2).



Figura 2 – Crianças sendo cuidadas nas creches de antigamente.
Fonte: <http://www.google.com.br/>

Essas instituições, geralmente, eram mantidas por religiosos, e a infância não era algo a ser aproveitado; a criança era vinculada às condições de rejeição, e na sua educação priorizava-se a moralização. Tais instituições possuíam um caráter de substituto dos cuidados familiares, de assistência. Essa construção histórica marcou profundamente as instituições destinadas a atender a criança pequena, e tais práticas ficaram marcadas na nossa cultura, deixando vestígios que permanecem até os dias de hoje como na questão da desvalorização do profissional que trabalha na Educação Infantil, principalmente, nas creches, o que é constatado nos baixos investimentos na formação desses mesmos profissionais, conforme descreve Richter (2007, p. 26):

O atendimento às crianças de zero a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Neste momento as mulheres deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, para entrarem no mercado de trabalho. Atrelado a este fato, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seus e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da educação infantil (termo este referente ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos).

Outro elemento importante na história do atendimento institucional à criança, nesse momento, final do século XIX, foi a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, em 1899, que tinha como propósito atender aos interesses das crianças menores de 8 (oito) anos. Dentre outros objetivos, dedicar-se-ia à criação de maternidades, creches e jardins de infância.

Entretanto, somente à partir da década de 30 do século XX, o setor público, no Brasil, passou a participar com uma contribuição direta do atendimento ao pré-escolar, mas esta fase foi marcada por trabalhos de assistência social à infância, tendo em vista e principalmente, o desenvolvimento nacional. As necessidades de uma sociedade urbano-industrial impulsionavam, nesse período, a expansão de instituições infantis destinadas ao atendimento de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos (RICHTER, 2007).

Assim, as crianças menos favorecidas, que em decorrência de sua condição social, passaram por privações culturais, teriam a oportunidade de, na pré-escola, serem compensadas em relação aos padrões estabelecidos, ou seja, às crianças privadas culturalmente faltariam determinados atributos, padrões de atitude ou conteúdos que deveriam ser nelas introjetadas na pré-escola, assim, buscava-se hegemonização, conforme Richter (2007).

Pode-se perceber que, a expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, “a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos” (na inclusão da Lei de nove (09) anos) (BRASIL, 1998, p.11).

Ainda, e de acordo com o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1998), o percurso histórico do atendimento à criança pequena, envolve as próprias transformações do contexto social, e ao longo de toda a história do atendimento pré-escolar, percebe-se, então, uma diferenciação no atendimento destinado às crianças de acordo com a classe social.

Assim, embasando-se novamente no RCNEI (BRASIL, 1998), vale ressaltar que, as crianças pertencentes a famílias ricas requeriam e mostravam a necessidade de um ambiente estimulador, que promovesse o seu desenvolvimento

afetivo e cognitivo. Contudo, para as crianças pobres o atendimento oferecido era mais o de guardá-las, diante dessa diferença os trabalhadores urbanos requeriam seus direitos e de seus filhos por melhores condições de vida, ou seja, o atendimento a Educação Infantil.

Segundo Brasil (1998), a junção desses fatores produziu um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que:

O atendimento às crianças de zero a seis anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação. Aparecem, ao longo do texto, diversas referências específicas à educação infantil (BRASIL, 1998, p. 11).

Considera-se, portanto, como Educação Infantil, o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 (zero) e 6 (seis) anos, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, ou seja, que estabelece de forma eficaz o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos e a educação. Diversas referências específicas à Educação Infantil, são citadas na referida Lei, assim como:

No título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar.

Artigo 4º, Inciso IV, se afirma que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária (BRASIL, 1998, p. 11).

Assim esse atendimento às crianças com idade entre 0 (zero) e 6 (seis) anos em instituições especializadas originou-se à partir de mudanças econômicas e

políticas na estrutura social mais propriamente do capitalismo instaurado no início do século XX. Além disso, a Educação Infantil no início tinha como meta o cuidar da criança, assumido a sua alimentação, a sua higiene básica e a sua proteção contra os perigos do ambiente e contra as epidemias da época. Porém, não se preocupava com a educação propriamente dita.

Outras questões importantes para este nível de educação “infantil”, são tratadas na LDB, como as que se referem à formação dos profissionais, as relativas à educação especial e à avaliação.

Entretanto, considerando a grande distância entre o que diz a Lei e a realidade da Educação Infantil, a LDB dispõe no título IX- Das Disposições Transitórias, artigo 89, que: “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 1998, p.11-12).

No título IV, que trata da organização da Educação Nacional, artigo 11, V, considera-se que:

Os Municípios incumbir-se-ão de: [...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1998, p.12).

Porém, reafirma, no artigo 9º, IV, que: “A União incumbir-se-á de [...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil [...] que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1998, p.12).

Segundo Silva (2001, p. 23),

(...) a Escola Infantil é um espaço vivo e acolhedor, onde a criança encontra muitas aventuras, afeto, descobertas e ação. Nesse gostoso ambiente escolar, em confiante parceria com o universo familiar, a criança encontra as condições propícias para o aprendizado e para a conquista de seu mundo próprio:

- Espaço de aprendizagens significativas e de desenvolvimento de habilidades e competências; lugar de construção da identidade e autonomia, espaço de interação para a intercomunicação e as conquistas das linguagens.
- Lugar de acesso aos saberes que dominam e produzem a nossa cultura, em constante transformação, como uma porta aberta para o mundo da pesquisa, investigação e muita criatividade.
- Um mundo fantasioso, mediado pelo processo de construção do conhecimento, recheado de conquistas realizadas na busca de soluções para os desafios cotidianos, e é nesse Mundo Mágico que a criança descobre o prazer de estar com o outro, brincando, jogando, montando, aprendendo e fazendo novas descobertas.

Portanto, de acordo com Richter (2007), a Educação Infantil não é apenas uma antessala do Ensino Fundamental, e tampouco seu papel é o de “atender” a crianças cujos pais trabalham. Sua função é muito mais significativa e requer grande preparo e sensibilidade da equipe pedagógica. Portanto, a intervenção direta do pedagogo é necessária para que as crianças possam, em situações de interação social ou sozinha, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e de ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas. Para isso o pedagogo deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias, entre outras, das crianças com as quais trabalha.

Nessa perspectiva, o professor é aquele que está entre a criança e os objetos de conhecimento, organizando e apropriando espaços e situações de aprendizagens que une os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança (BRASIL, 1998).

Para que as aprendizagens ocorram com sucesso, é preciso que o professor considere, na organização do trabalho educativo:

- a) A interação com a criança da mesma idade e de idade diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
- b) Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem de qualquer natureza;
- c) Individualidade e a diversidade;
- d) O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada e o mais próximo possível das práticas sociais reais, para que possam manter a motivação para o aprender;
- e) A resolução de problemas como forma de aprendizagem (BRASIL, 1998, p.30).

Diante da citação acima, pode-se deduzir que segundo o RCNEI a interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças.

De acordo com Piaget (1971 apud KAMII, 1991, p. 30):

Os estágios do desenvolvimento da criança aparecem em uma ordem necessária, esses estágios não podem ser interrompidos, pois um prepara o outro e são construídas sobre anteriores, as idades em que eles aparecem são relativas, o desenvolvimento de cada um depende da interação do sujeito com o seu meio.

Como se vê, os estágios de desenvolvimento da criança seguem a uma ordem, durante a infância, em geral dominam os comportamentos de exploração do meio, do mundo e do próprio corpo, é uma fase egocêntrica onde os interesses giram em torno do seu pequeno mundo.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil traz que,

(...) para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta, ou seja, é preciso que haja um trabalho sistemático com jogos é necessário que os mesmos sejam escolhidos e trabalhados com o intuito de fazer o aluno ultrapassar a fase da mera tentativa e erro, ou de jogar pela diversão apenas. Por isso, é essencial a escolha de uma metodologia de trabalho que permita a exploração do potencial dos jogos no desenvolvimento de todas as habilidades (raciocínio lógico e intuitivo), o que pode ser feito por meio da metodologia de resolução de problemas (BRASIL, 1998, p.27).

A escolha de uma metodologia de trabalho que permita a exploração dos jogos será definida pelas dificuldades específicas de cada criança, e é neste momento que se pode lidar com as mesmas.

Segundo a autora Oliveira (2001), o lúdico:

É a característica fundamental do ser humano. A criança, diferentemente do adulto, só deve brincar. Seu desenvolvimento depende do lúdico, ela precisa brincar para crescer, precisa do jogo como forma de equilíbrio com o mundo. Sua maneira de assimilar (transformar o meio para que este se adapte às suas necessidades) e de acomodar (mudar a si mesma para adaptar-se ao meio que ofereceu resistência) deverá ser sempre através do jogo. Portanto, a atividade escolar deverá ser uma forma de lazer para a criança. Considerar a aprendizagem uma tarefa sisuda não significa que fique mais séria, é, apenas, um preconceito existe em nossas escolas. A criança aprende melhor brincando, e todos os conteúdos podem ser ensinados através da brincadeira e jogos, em atividades predominantemente lúdicas. Não existe nada que a criança precise saber que não possa ser ensinado brincando. Se alguma coisa não é passível de transformar-se em um jogo (problema, desafio), certamente não será útil para a criança nesse momento (OLIVEIRA, 2001, p. 32- 33).

Assim, pode-se compreender que o ato de brincar é uma fonte de promoção de desenvolvimento, pois, no momento da brincadeira a criança, sente, pensa e dá significado suas experiências vividas em sua realidade. Por isso que as brincadeiras infantis têm uma importância fundamental na vida e no desenvolvimento dessas crianças.

Ainda, Oliveira (2001, p.34), acrescenta que:

Com as brincadeiras e jogos, estamos usando o esquema próprio de assimilação infantil. Isto quer dizer: em cada etapa de seu desenvolvimento, a criança tem esquemas específicos para assimilar o meio (abordagem da realidade). Entre os dois e os cinco anos, aproximadamente, a criança usa o esquema do jogo simbólico, relacionando-se com o mundo eminentemente através de fantasia, faz-de-conta. Entre os cinco, seis e onze e doze anos, a criança usa os esquemas operatórios do pensamento, as classes e ordens, e se relaciona com o mundo através dos jogos com regras, das leis, das coleções e das construções.

Diante da citação apresentado pela autora, pode-se dizer que, devem considerar os níveis de desenvolvimento das crianças em cada grupo e faixa etária e, também, respeitar e propiciar as mais diversas experiências em relação aos eixos de trabalho propostos, uma vez que todo jogo acontece em um tempo e espaço, com sequência própria da brincadeira.

Atualmente, vários autores têm trabalhado e publicado material para auxiliar o trabalho do professor da Educação Infantil, especialmente, na escolha de jogos e brincadeiras, com encadeamento de atividades. É exatamente esse assunto que será exposto a seguir sob a visão de vários autores, principalmente mostrar as implicações dos jogos e brincadeiras frente às crianças na Educação Infantil.

CAPÍTULO 2 – OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA

2.1 PRELIMINARES

Os jogos e brincadeiras podem ser favoráveis para o desenvolvimento infantil, partindo do princípio de que a criança é “um ser social e que a procriação do conhecimento se dá desde que ela nasce, isto é, o seu desenvolvimento se dá num espaço e tempo compartilhado com outras pessoas, sendo a sua atividade mais completa o brincar” (SANTOS; CRUZ, 2000, p.7).

De acordo com Santos; Cruz (2000), a infância é constituída por uma sucessão de etapas. Cada uma delas prepara para a seguinte e os limites entre uma e outra não são nítidos nem precisos em relação à idade cronológica; funcionam de maneira global e indissociável. Para ajudar a criança no seu desenvolvimento busque compreender sua natureza, e nessa busca encontra-se o brincar como uma necessidade básica que surge muito cedo na criança.

É através da brincadeira que a criança tem oportunidade de desenvolver um canal de comunicação, uma abertura para o diálogo com o mundo dos adultos, onde ela “restabelece seu controle interior, sua autoestima e desenvolve relações de confiança consigo mesma e com os outros” (KISHIMOTO, 2000, p. 69).

Desta forma, pode-se dizer que o primordial das crianças durante as atividades são os jogos e as brincadeiras, e estes são responsáveis por estimular o desenvolvimento do intelecto infantil, a coordenação motora, e diversos outros aspectos importantes ao desenvolvimento completo da criança. A verdade, é que ela brinca, de maneira diferente das maiores, pois, ela não apenas se diverte, mas recria e interpreta o mundo em que vive, explora a imaginação e assim, resolve a maioria de seus conflitos e expressa a sua forma de representação da realidade.

A maioria das crianças a partir do quinto ano de vida já aprende a discernir as situações, o certo do errado, o que é bom e ruim, entre outros. Até o quinto ano de vida, as crianças procuram resolver problemas através da primeira solução, seja ela; certa ou não, racional ou não (PIAGET 1971 apud KAMII, 1991). Ou seja, as crianças não apenas agem, como também refletem sobre suas ações, mas ainda aguardam o estágio das operações concretas dos 5 (cinco) aos 12 (doze) anos,

quando pensam logicamente (ANTUNES, 2005).

Nesse sentido, os jogos e a brincadeira são extremamente necessários para as pessoas como fonte de saúde física e mental. O brincar faz o adulto usar o imaginário e fazer do mesmo o realizador de seus desejos e sonhos. Assim, é com imagens que a criança se expressa e toma como referencial (BROUGÉRE, 2003).

A partir de 1974, a educação infantil através dos jogos e brincadeiras começou a ser discutida no Conselho Federal da Educação e ganhando mais espaço no Brasil com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, a qual passou a dar uma atenção maior as crianças com idade inferior a seis anos. Por isso com base na Lei em comento, a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica e a ter como finalidade principal o desenvolvimento por inteiro da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 2012).

Assim, como se confirma abaixo, a Educação Infantil é de responsabilidade do município:

Artigo 11. Os **municípios** incumbir-se-ão de:

- I. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
 - II. Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
 - III. Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
 - IV. Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
 - V. Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental permitido a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;
 - VI. Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
- Parágrafo único. Os municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 2012, p.15). (GRIFO NOSSO).

Desta forma, a fase da Educação Infantil é o primeiro passo para o bom desenvolvimento da criança, pois com o construtivo meio físico e social o aluno irá adquirir habilidades conquistadas na primeira infância. Além, de oferecer às crianças melhores condições para a aprendizagem através das brincadeiras e aquelas situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos professores.

Essas aprendizagens acontecem de forma integrada no processo de desenvolvimento infantil (BRASIL, 1998).

Educar nada mais é que levar a criança não somente a aprender, mas a ser cuidada e desenvolvida por meio de brincadeiras, jogos e brinquedos de forma integrada e que essa junção de fatores contribua para o desenvolvimento da mesma de forma interpessoal e sociocultural com respeito e confiança, e conseqüentemente ampliando caminhos e encontrando soluções para o dia a dia.

A educação auxilia o desenvolvimento das capacidades de conhecimento, das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de favorecer uma maior formação de crianças felizes, saudáveis e com educação de qualidade e preparadas para viver em sociedade.

São poucas as escolas que investem na aprendizagem por meio do brincar, ou seja, ainda se baseiam na educação tradicional, no qual as atividades lúdicas são vistas apenas como momentos de descanso, entretenimento ou recreação para a criança. Não está havendo um valor condizente a que a brincadeira e jogos podem estar perpetuando ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. O primeiro passo para que este feito ocorra é fazer com que as escolas se conscientizem que a brincadeira e jogos devem ser utilizados de forma didático pedagógico.

Em muitas instituições de ensino, o brincar é visto como prêmio às crianças que realizam as atividades com mais rapidez ou são mais disciplinados na escola e aquele que possui dificuldades nas atividades escolares acabam ficando sem brincar como punição. Há pessoas que são a favor deste método, pois assim faz com que a criança tenha responsabilidade e se esforce para poder brincar, e os contrários a essa opinião criticam este método por estar sendo uma forma de negociar ou recompensar a criança por algo que é de responsabilidade e obrigação da criança.

Marcellino (2003, p. 101) confirma os dizeres acima explicando que,

[...] ainda hoje, a atividade lúdica é considerada pela escola como proposta carregada pelo adjetivo 'educativo', que perdem as possibilidades de realização do brinquedo, da alegria, da espontaneidade, da festa. Há uma sisudez de realismo, algo parecido com 'passeios educativos' que se faz por obrigação. A vivência do lúdico leva ao entendimento da gratuidade da alegria, da não relação entre o prazer e o atual ordenamento institucional, que procura entorpecer o corpo, pela organização, disciplina e rotina, gerando a incapacidade dos sentidos.

Portanto, o lúdico na maioria das escolas não tem sido vivenciado como ele deveria. E se a criança não vivenciar o lúdico tanto em seu lar como na escola, ela não terá em seu 'mundinho particular' as suas fantasias, o seus encantamentos, sua expectativa de sonhar, de acreditar na magia. Haverá no interior da criança apenas um vazio, algo em preto e branco, sem alegria, como se pulasse uma etapa de sua vida.

As brincadeiras de criança nas ruas, no passado tão vistas, como pega-pega, alerta, pique-esconde, cobra cega, amarelinha (FIGURA 3), polícia e ladrão, salada de frutas, autorama, jogo de botão, peteca, bicicleta, patinete, bola, hoje estão praticamente extintas pelo fato da violência e trânsito extremo.



Figura 3 – Crianças brincando de amarelinha.

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Todas essas brincadeiras de rua deixavam as crianças felizes, livres, mas brincar não significa somente isso: é importante no sentido de possibilitar à criança

compreender o mundo e apreender sobre os conflitos da vida, sobre a abertura de um mundo novo. Portanto, todos, como pais e educadores, devem firmar o direito de brincar da criança, pois esse ato é de uma grandeza tão imensa que a Constituição Federal o legaliza.

O artigo 227, do Capítulo 7.^o, do Título VIII da referida Lei fixa o direito da criança à vivência do lúdico:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). (GRIFO NOSSO).

O artigo acima, quando retrata “ao lazer”, está se referindo ao brincar puramente espontâneo de uma criança por meio de jogos, brincadeiras, brinquedos, em praticar atividades lúdicas.

Além da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 4^o, expõe:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

E também o artigo 16, parágrafo IV da referida Lei: “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se” (BRASIL, 1990).

Como se pode verificar, tanto a Constituição vigente como o ECA garantem, perante o Estado, família e a sociedade, o direito da criança brincar.

Outro aspecto a comentar é a escassez de espaço físico promovido pelo crescimento da civilização, criando uma barreira diante do ato de brincar. O planejamento urbano esqueceu-se das praças e jardins, as casas perderam os quintais e se transformaram em minúsculos apartamentos, as praças existentes e as ruas tornaram-se violentas, as crianças ficaram com pouco espaço físico para sua ludicidade. As mães que tomavam conta dos filhos focam no mercado de trabalho.

Tudo a sua volta não mais contribui para que se exerça o direito da criança simplesmente brincar (FRANCO, 2008).

Já diante do brinquedo educativo, a pedagogia se encontra juntamente ao lúdico pelo fato de que o brinquedo se transforma em algo sério, ou seja, não é apenas utilizado para as crianças tirarem um momento de descanso, mas de educá-las e fazê-las aprender. É nesse momento que o brinquedo educativo faz transparecer que a brincadeira não é inútil, pelo contrário, as atividades lúdicas são extremamente interessantes para o desenvolvimento da criança.



Figura 4 – Crianças brincando na escola.

Fonte: <http://www.google.com.br/>

O brinquedo é um suporte de aprendizagem, confrontando com significados culturais com a imaginação e a construção de aprendizagem da criança (BROUGÉRE, 2003).

Através da brincadeira a criança assume papéis, expressam ideias, sonhos, fantasias, frustrações, medos e criam soluções que expressam realização de seus desejos ao término da brincadeira. O ato de brincar com outras crianças favorecem

o entendimento de certos princípios da vida, como o de colaboração, divisão, liderança, obediência às regras e competição (BROUGÉRE, 2003).

Jogar e brincar são “úteis no crescimento da personalidade infantil, porque se abordam situações problemáticas e elaboram estratégias de ações frente a elas” (MURCIA, 2005, p. 47).

A introdução de jogos à educação começou no século XVIII, relatando sobre a importância dos jogos como instrumento de formação e facilitador de aprendizagem, destaca-se que:

Além de exercitar o corpo, os sentidos e as aptidões, os jogos também preparam para a vida em comum e para as relações sociais. Dessa forma, os jogos e brincadeiras utilizadas, no espaço escolar, auxiliam no desenvolvimento das capacidades infantis, permitindo que a criança construa representações de mundo, já que o jogo, nas mãos do educador, é um excelente meio de formar a criança, afirmam as autoras. Entretanto, ainda existe uma certa distorção em relação à natureza do lúdico, na busca pela sua definição, percebe-se que o jogo, brinquedo e brincadeira apresentam significados distintos. As atividades lúdicas são caracterizadas pela iniciativa, intenção e curiosidade do aluno, pois, os jogos podem ser utilizados para introduzir conteúdos ou formar conceitos, todavia, devem ser escolhidos e preparados com cuidado, levando a criança a adquirir conceitos significativos (ALMEIDA, 2000, p.31).

Vygotsky (1982 *apud* KISHIMOTO, 2000, p. 35) diz que, por meio do brinquedo a criança aprende a “agir numa esfera cognitivista, sendo livre para determinar suas próprias ações”. Segundo o autor, o brinquedo “estimula a curiosidade e a autoconfiança, proporcionando desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção”.

O brinquedo deve ter uma estrutura simples, mas ao mesmo tempo chamativa, que conduza a criança a imaginar, fantasiar a se desafiar perante ele, como por exemplo, um brinquedo feito de sucata.

De acordo com Brasil (1998, p. 29),

(...) o ato de brincar é muito importante para a criança, e se tornou um direito garantido na Declaração Universal dos Direitos da Criança, onde deixa claro que toda criança terá direito a boa alimentação, recreação e assistência médica adequada. Estabeleceu-se forma igualitária que a recreação é tão importante quanto à alimentação e a saúde para o desenvolvimento da criança. Compreende-se que o brincar tem grande contribuição no processo de desenvolvimento da criança.

A brincadeira dá liberdade da criança se relacionar com o outro, “olhar” o ambiente a sua maneira e situar-se nele, como os objetos e o próprio corpo. Atividades lúdicas voltadas às brincadeiras conduzem a uma educação diferenciada e inovadora, uma educação com capacidade de ver o lúdico como algo que motiva e facilita a aprendizagem cognitiva, afetiva e psicomotora da criança, tornando-a um ser crítico, pensante, cheio de emoções e sentimentos, além de se socializar com o meio em que vive. “O brincar permite que o aluno tenha mais liberdade de pensar, expressar e de criar para desenvolver-se plenamente no futuro” (ANTUNES, 2005, p. 43).

O brincar é uma proposta criativa e recreativa de caráter físico ou mental, que permite ao educando criar, imaginar, fazer de conta e funciona como laboratório facilitador de aprendizagem.

O brincar é uma junção de fatores, como se percebe, mas algo que chama atenção é que essa ação leva a criança a ser livre, a ter vontades, interesses a criar autonomia, como será comentado posteriormente. “Por isso, deve ser garantido já que é sua realidade bem como um elemento indispensável para que ela se desenvolva de forma plena e saudável” (Antunes, 2005, p. 43). Por meio do brincar a criança manifesta a liberdade de realmente ser criança e é admitido como um direito porque somente ela pode praticá-lo com apoio, respeito e estímulo do adulto. Portanto, “garantir e efetivar o direito de brincar é motivar o bem-estar da criança e enriquecer sua individualidade como pessoa e cidadã” (ANTUNES, 2005, p. 43).

Socialmente o direito de brincar da criança é reconhecido, além de ser perpetuado pela legislação nacional e internacional e destacado por estudiosos e educadores não tradicionais, porém sua valorização prática ainda está condicionada, muitas vezes, à boa vontade de fazer valer os direitos da criança e considerá-la como ser em desenvolvimento.

2.2 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS, DO BRINCAR E DA BRINCADEIRA COMO RECURSO DE APRENDIZAGEM

Segundo Almeida (2000, p. 36), o prazer e alegria não se dissociam jamais:

O “brincar” é incontestavelmente uma fonte inesgotável desses dois elementos. O jogo, o brinquedo e a brincadeira sempre estiveram presentes na vida do homem, dos mais remotos tempos até os dias de hoje, nas mais variadas manifestações (bélicas, filosóficas, educacionais). O jogo pressupõe uma regra, o brinquedo é o objeto manipulável e a brincadeira, nada mais é que o ato de brincar com o brinquedo ou mesmo com o jogo. Jogar também é brincar com o jogo. O jogo pode existir por meio do brinquedo, se os brincantes lhe impuserem regras. Percebe-se, pois, que jogo, brinquedo e brincadeira têm conceitos distintos, todavia estão imbricados; e o lúdico abarca todos eles.

Nesse sentido, pode-se dizer que, os jogos são admiráveis recursos para a Educação Infantil, pois por meio deles são trabalhados de modo global os fatores afetivo, social, perceptivo-motor e cognitivo que envolve o desenvolvimento da criança. E, uma das principais funções do educador é cuidar para que a aprendizagem seja uma conquista prazerosa e um instrumento indispensável para que isso aconteça é usar o lúdico no contexto de sala de aula.

A teoria de Piaget (apud OLIVEIRA, 2001), mostra que:

A competição nos jogos é parte de um desenvolvimento maior, que vai do egocentrismo a uma habilidade cada vez maior em descentrar e coordenar pontos de vista. Este processo de desenvolvimento pode ser visto não somente nos jogos, mas também no julgamento moral, na linguagem, na classificação, na conservação, na construção de uma estrutura espaço-temporal e na causalidade. A melhor maneira de lidar com a competição nos jogos em grupo é desenvolver desde o início uma atitude saudável e natural em relação à vitória ou à derrota, ao invés de evitar os jogos competitivos até que as crianças se tornem “prontas” para eles, de alguma maneira misteriosa (OLIVEIRA, 2001, p.114).

Assim, o jogo e a competição estão interligados, mas dentro dos limites de competitividade, ou seja, com respeito e dignidade.

Dessa forma, como mostra Silva; Kodama (2004, p. 6),

(...) o professor não dando tanta importância somente ao ganhador e encarando a competição de forma natural, minimiza o caráter competitivo, embora isso não impeça que as crianças se empenhem ao máximo em ganhar o jogo, já que é esse o seu objetivo. Ao jogar, as emoções vão se equilibrando, transformando a derrota em algo provisório e a vitória em algo a ser compartilhado.

De acordo com Lopes (2000, p. 23), “é muito mais fácil e eficiente aprender por meio de jogos, e isso é válido para todas as idades, desde o maternal até a fase adulta”. Para qualquer idade o conteúdo dos jogos devem ser adaptados para as crianças, o que faz com que o professor deva usar sua criatividade para que eles sejam trabalhados para auxiliar nas áreas motora, cognitiva e afetiva e assim as crianças terem um desenvolvimento globalizado, inter-relacionarem nas diversas áreas do conhecimento e atenderem à demanda do aprendiz, de forma que elas sejam sujeitos ativos do processo.

“O jogo para a criança é o exercício, é a preparação para a vida adulta. A criança aprende brincando, é o exercício que faz desenvolver suas potencialidades” (LOPES, 2000, p. 35).

Quanto à brincadeira, “esta é para a criança, uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com uma atividade real” (MOYLES, 2002, p. 56). Para que possa brincar a criança deve ter o domínio da linguagem simbólica, é que a brincadeira se efetiva no plano da imaginação, ou seja, há necessidade da criança ter consciência da diferença entre a brincadeira e a realidade imediata, para que a imaginação se concretize.

Segundo Moyles (2002, p. 56), “a brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade, ou seja, toda brincadeira é uma transformada imitação, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada “. Quando uma criança pega um lápis e imita um avião em pleno ar, está orientando sua ação não apenas pela percepção imediata dos objetos e situação, mas também pelo significado da ação e por uma atitude mental.

Para brincar é preciso ajustar-se aos elementos da realidade imediata e dar a eles outros significados. Ao brincar, por exemplo, de casinha de família, papai/mamãe, é uma tematização de papéis: nesse momento, a criança brinca de ser mãe, de chamar a atenção do filhinho, de dar papinha a ele. Nessas brincadeiras, ou em outras como médico, brincar de escolinha, brincar de fazer comidinha, brincar de vender algo e outras, a criança está aprendendo a trocar a mãe concreta por uma mãe simbólica, inventada, teórica, pensada. Assim, as crianças recriam e repensam os acontecimentos que fizeram com que elas “interpretassem” no momento da brincadeira.

Moyles (2002, p. 56) novamente explica que,

(...) a importância da brincadeira está no papel que as crianças assumem enquanto brincam, pois, ao brincar, adotam papéis e agem diante da realidade, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de outros substitutos.

A brincadeira beneficia a autoestima das crianças, pois as ajuda a dominar dia a dia suas aquisições de forma prazerosa. Também contribui para a interiorização de determinados modelos de adultos, facilitando sua adaptação social.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil,

(...) durante as brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuem em conceitos gerais com os quais brincam. Assim, para assumir determinado papel numa brincadeira, a criança tem que conhecer algumas de suas características (BRASIL, 1998, p. 26).

Essa experiência é algo vivenciado podendo ser um fato presenciado em família ou em outros meios, por meio de diálogo com o colega de sala ou mesmo com um adulto, de filmes assistidos na televisão, de histórias em livros, entre outros. “A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se, ainda fragmentados” (BRASIL, 1998 p. 27).

A brincadeira de faz-de-conta é uma das formas de brincar mais fundamentais para um desenvolvimento infantil saudável. Craidy (2001, p. 96) destaca que,

(...) as crianças reproduzem cenas familiares e eventos que chamam sua atenção como festas de aniversários e cerimônias de casamento e dramatizam experiências vivenciadas no cotidiano (ida ao médico, compras no supermercado). A TV, o cinema, o teatro, as histórias de livros e revistas em quadrinhos também são estímulos para a criação de cenas.

É no ato de brincar que a criança fixa os diversos vínculos entre as particularidades do papel aceito, seus conhecimentos e a interação com outros papéis, obtendo consciência disso e generalizando-o para outras situações.

Pela oportunidade de realizar, de criar, de recriar e vivenciar que as brincadeiras imaginativas proporcionam a criança, esta pode e consegue solucionar problemas de extrema importância. Portanto, por meio das brincadeiras, a criança cria um espaço próprio dela, sendo que nesse espaço ela “coloca” aquilo que ela compreende como mais importante.

Craidy (2001, p. 97) explica que,

(...) há várias modalidades de brincadeiras, como brincar de faz de conta, ou com papéis, é considerado como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção; brincar de regras, em que todas propiciam ampliação dos conhecimentos infantis por meio de atividade lúdica.

É função do educador, na instituição infantil, ajudar a estruturar o campo das brincadeiras na vida da criança, com a oferta de alguns brinquedos ou jogos diversificados, além da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo.

A brincadeira “é atividade objetiva que constitui a base da percepção que a criança tem do mundo e dos objetos humanos, motivo pelo qual ela própria é quem determina o conteúdo das brincadeiras” (LEONTIEV, 1998, p. 120).

A brincadeira também possibilita ao educador uma visão dos processos de desenvolvimento da criança, ou do grupo, mediante a observação e registro de suas capacidades de linguagem, de suas habilidades sócias e de seus recursos afetivos e emocionais.

O Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil revela que:

Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada, propiciando às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar, ou os jogos de regras e de construção, e assim, elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais (BRASIL, 1998, p. 28).

O brincar é algo flexível que concede a criança a ter liberdade de escolher e

de interpretar. A brincadeira é algo tão importante para o desenvolvimento humano que mesmo acontecendo competições, brigas ela auxilia no crescimento e na aprendizagem.

A importância do lúdico na aprendizagem favorece de forma eficaz o desenvolvimento da capacidade de criatividade das crianças, cabendo ao educador, intervir na criatividade da criança, mas respeitando o desenvolvimento do lúdico, o educador poderá desenvolver novas habilidades na aprendizagem infantil. Usar a brincadeira como recurso pedagógico, faz com que a criança ajusta-se a realidade, concedendo-lhe significados. Assim, os alunos com dificuldades de aprendizagem podem usar a brincadeira como recurso para facilitar a compreensão dos conteúdos, rompendo velhos pré-conceitos em relação a uma disciplina ou outra (FARIA e SALLES, 2007).

Melo (2001, p. 78) comenta que “ao brincar a criança tem oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis a sua futura atuação profissional, tais como: atenção, afetividade, o hábito de permanecer concentrado e outras habilidades perceptuais psicomotoras”.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AO JOGAR E AS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor da Educação Infantil que trabalha com jogos e brincadeiras deve providenciar logo de início um ambiente adequado para as atividades lúdicas serem bem aplicadas e com conforto para as crianças, como mostra a Figura 5.



Figura 5 – Crianças brincando na escola e sendo auxiliadas pela professora.
Fonte: <http://www.google.com.br/>

Como revela Kishimoto (1999, p. 25), “a criação de espaços e tempos para os jogos é uma das tarefas mais importantes para os educadores, principalmente na escola de Educação Infantil”. O professor deve preparar os espaços de maneira que dê liberdade de realizar diversificadas formas de jogos, de modo, por exemplo, que as crianças que estejam colocando em prática um jogo mais parado não sejam perturbadas por aquelas que realizam uma atividade que necessita de mais mobilidade, ritmo e expansão de movimentos.

O professor deve-se estar atento à idade e às necessidades dos alunos para que selecione e deixe à disposição materiais adequados. Deve-se ter uma quantidade desejável de jogos e brincadeiras, para se realizar um bom trabalho, como variedade no sentido do material que são produzidos, podendo usar sucatas, materiais reciclados. “É importante que o professor respeite e propicie elementos que favoreçam a criatividade das crianças. A sucata é um material que traz consigo vários destes requisitos” (KISHIMOTO, 1999, p. 25).

As crianças adoram, tem o prazer de repetir jogos e brincadeiras, principalmente àqueles que eles conhecem bem e são bem coloridos, grandiosos no barulho, divertidas, de ação e engraçadas. É que com isso, as crianças, “sentem-se seguras quando percebem que contam cada vez com mais habilidades em responder, ou executar o que é esperado pelos outros; sentem-se seguras e animadas com a nova aprendizagem” (KISHIMOTO, 1999, p. 26).

A atuação e participação do educador enriquece a atividade proposta, traz inovações quanto a novos personagens ou novas situações que tornem o jogo ou a brincadeira mais enriquecidos e extremamente prazeroso para as crianças, elevando suas possibilidades de aprendizagem. Os educadores, de acordo com Kishimoto (1999, p. 26), devem “valorizar as atividades das crianças, interessando-se por elas, animando-as pelo esforço, evitando a competição, pois em jogos não competitivos não existem ganhadores ou perdedores”. Outro modo dos professores estimularem a imaginação das crianças é servirem de modelo, brincando junto ou contando como brincavam quando tinham a idade delas. Em algumas situações, os professores não levam em consideração o fator seriedade e a importância das atividades desenvolvidas por meio dos jogos e brincadeiras, referentes ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. Preenchem o tempo com outras tarefas, deixando de observar o efeito dos jogos e brincadeiras sobre as crianças; o que podem fazer por seu desenvolvimento, não acompanhando sua evolução, suas novas aquisições, as relações com as outras crianças e com os adultos. “Para tanto, podem elaborar uma planilha, um guia de observação que facilite o trabalho” (KISHIMOTO, 1999, p. 26).

As crianças pequenas estão em fase de plenas descobertas e durante a prática dos jogos e das brincadeiras produzem bastante conflitos, confusões entre elas. Dessa maneira, Kishimoto (1999, p. 27) destaca que, “os professores devem conseguir que as crianças procurem resolver esses conflitos, ensinando-lhes a chegar a acordos, negociar e compartilhar”.

Por meio dos jogos, a criança aprende a manifestar mais rápida e efetivamente seus interesses, preferências e necessidades. O professor tem como missão propiciar-lhe todas as oportunidades e materiais possíveis, enriquecendo e diversificando os jogos, oferecendo alternativas de jogo individual ou coletivo.

O professor não deve reforçar papéis culturais e ou outros valores, como explica Kishimoto (1999, p. 32),

(...) os brinquedos aparecem no imaginário dos professores de educação infantil como objetos culturais portadores de valores considerados inadequados. Por exemplo, bonecas *Barbies* devem ser evitadas por carregar valores americanos. Bonequinhos guerreiros, tanques, armamentos e outros brinquedos, com formas bélicas, recebem o mesmo tratamento por estarem associados à reprodução da violência. Brincadeiras de casinhas com bonecas devem restringir-se ao público feminino. Brincadeiras motoras, com carrinhos e objetos móveis, pertencem mais ao domínio masculino. Crianças pobres podem receber qualquer tipo de brinquedo, porque não dispõem de nada. A pobreza justifica o brincar desprovido de materiais e a brincadeira supervisionada. Escolas representadas por diversas etnias começam a introduzir festas folclóricas, com danças, comidas típicas, como se a multiculturalidade pudesse ser resumida e compreendida como algo turístico, pelo seu lado exótico, apenas por festas e exposições de objetos típicos, não contemplando os elementos que caracterizam a identidade de cada povo. Enfim, são tais atitudes que demonstram preconceções relacionadas à classe social, ao gênero e à etnia, e tentam justificar propostas relacionadas às brincadeiras introduzidas em nossas instituições de Educação Infantil.

Acima de qualquer coisa, os professores devem respeitar as preferências de cada criança.

No momento de realização das atividades, é preciso que o professor/docente desenvolva uma forma de chamar atenção dos alunos, posicionar-se em um lugar em que todos possam vê-lo e ouvi-lo de forma clara, não deixar que as atividades tornem cansativas, deve proporcionar aos alunos uma certa “água na boca” para iniciar o jogo, e deixar uma sensação de “quero mais” ao encerrar a brincadeira e jamais obrigar o aluno a desenvolver uma atividade que ele não deseja e não sente prazer em realizá-la, é preciso verificar o por que deste aluno não quer realizar a atividade e trabalhar o desenvolvimento dessas mesmas habilidades de forma diferenciada para que este aluno possa ver a tal atividade de forma prazerosa e divertida (KISHIMOTO, 1999).

De acordo com Machado (2007), ao trabalhar com brinquedo-sucata pode-se notar habilidade na criança de montar, fazer, transformar ideias, além de abordar a arte-educação. Para melhor desenvolvimento da atividade e maior capacidade de observação, é interessante que o docente brinque e interaja criativamente, assim também, terá outra dimensão de seu trabalho. A sucata para criança acaba sendo um movimento lúdico no qual para ela a sucata é um “nada” que pode vir a ser um

“tudo”.

No momento de realização das atividades, é preciso que o professor desenvolva uma forma de chamar atenção dos alunos, posicionar-se em um lugar em que todos possam vê-lo e ouvi-lo de forma clara, não deixar que as atividades tornem cansativas, deve proporcionar aos alunos, certa “água na boca” para iniciar o jogo, e deixar uma sensação de “quero mais” ao encerrar a brincadeira e jamais obrigar o aluno a desenvolver atividades que ele não deseja e não sente prazer em realiza-la, é preciso verificar o por que deste aluno não querer realizar a atividade e trabalhar o desenvolvimento dessas mesmas habilidades de forma diferenciada para que este aluno possa ver a tal atividade de forma prazerosa e divertida (KISHIMOTO, 2000).

CAPÍTULO 3 – RECICLAGEM NO PROCESSO EDUCACIONAL: ATRAVÉS DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo visa mostrar a importância da reciclagem do lixo, no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, fazendo uso de atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras, que se bem aplicadas, podem se transformar em estratégias significativas que facilitam o trabalho pedagógico e contribuem para o conhecimento de crianças da Educação Infantil.

3.1 NOÇÕES BÁSICAS

O mundo está rodeado de objetos importantes para a vida dos seres, sendo que estes são produzidos de matérias-primas extraídas do solo. Ao perderem, a função, tornam-se lixo.

Nesse sentido, pode-se definir o lixo como sendo:

Todos os tipos de resíduos sólidos resultantes das diversas atividades humanas ou ao material considerado imprestável ou irrecuperável pelo usuário seja papel, papelão, restos de alimentos, vidros, embalagens plásticas. O lixo contribui direta ou indiretamente para a poluição ambiental em todo o planeta (CARVALHO; OLIVEIRA, 2003, p. 89).

O lixo contribui de forma direta ou indiretamente para a degradação ambiental por meio das seguintes formas: lixo domiciliar; lixo comercial e público; lixo industrial; lixo contaminado e lixo radiativo.

Independente da forma, a quantidade de lixo tem aumentado a cada dia nas grandes cidades, trazendo problemas ambientais sérios e perigo à saúde das pessoas.

Vieira (2012, p. 2) comenta que,

(...) o Brasil produz 241.614 toneladas de lixo por dia, 76% são depositados a céu aberto em lixões; 13% são depositados em aterros controlados, 10% em usinas e 0,1% são incinerados; sendo que 53% são de resto de comida. Cada brasileiro gera diariamente, 500 gr de lixo, podendo chegar a 1 kg dependendo do poder aquisitivo e do lugar de moradia.

Em meio a tudo isso surge à questão: o que fazer.

Em geral, o lixo em pequenas cidades e propriedades rurais é depositado em terrenos a céu aberto. Quando isso acontece, sem controle nem tratamento, origina um lixão (FIGURA 6). Além do mau cheiro, os lixões atraem animais transmissores de doenças, como baratas, moscas, urubus e ratos.



Figura 6 – Lixo urbano – lixão.

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Outro problema dos lixões é o chamado chorume, “líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica que penetra no solo e atinge os lençóis de água subterrâneos, contaminando-os” (BRANCO, 2001, p. 45).

Para evitar esses problemas, em muitos centros urbanos, o lixo é enterrado em aterros sanitários, queimado em incineradores ou transformado em adubo nas usinas de compostagem.

Nas usinas de compostagem o lixo que se chega quase sempre é o lixo domiciliar, onde por meio de esteiras móveis ele é “catado” manualmente separando os materiais recicláveis, como latas, papéis, plásticos, vidros, papelões (FIGURA 7), e logo após são mandados para as indústrias de reciclagem que também retiram o que lhe serve, enviando o restante para aterros sanitários (VIEIRA, 2012).



Figura 7 – Usina de compostagem.

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Mas apesar desse trabalho, como Oliveira; Carvalho (2003, p. 90) explica que,

(...) as soluções encontradas pelo ser humano para o acondicionamento, coleta, transporte e destino final do lixo apresentam vários inconvenientes e requerem aprimoramento. Da mesma forma que o esgoto, a remoção e o destino final do lixo produzido em zonas de baixa densidade populacional podem ser solucionados individualmente. Nos grandes centros urbanos, porém, é imprescindível a existência de um sistema público eficiente que colete, transporte e dê um destino final aos resíduos sólidos.

Assim, a solução mais viável ecologicamente para que haja menos quantidade de lixo poluindo o meio ambiente seria reciclá-lo.

Segundo Reinsfeld (1994, apud MATTOS, 2011, p. 22) reciclagem é “um processo de transformação de materiais usados em novos, sendo empregada na recuperação de uma parte do lixo sólido produzido”.

Oliveira; Carvalho (2003, p. 92) também comentam sobre a reciclagem:

A reciclagem é o resultado de uma série de atividades pelas quais os materiais que se tornariam lixo ou que estão no lixo sejam desviados, coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de novos produtos. Pode ser considerada também como um processo de separação e transformação do lixo para sua posterior reutilização.

Portanto, a reciclagem consiste na transformação de um material em outro produto, semelhante ou não ao original.

Restos de comida, embalagens de alimentos, papéis, latas e garrafas são os resíduos mais comuns em nossas casas. Eles podem ser classificados em orgânicos que seriam os restos de comida e recicláveis ou reutilizáveis, como latas, papéis, plásticos.

A separação do lixo e a reciclagem são procedimentos indispensáveis para a redução de resíduos e evitam a proliferação de moscas, baratas e ratos, bem como a poluição do solo, ar e da água.

Na coleta seletiva, a população separa materiais que podem ser reciclados ou reutilizados, como papéis, vidros, plásticos e metais; do restante do lixo, o orgânico, destinado a aterros ou usinas de compostagem (BRANCO, 2001). Esse procedimento reduz a quantidade de resíduos enviada aos lixões e permite produzir adubo orgânico para fertilização do solo destinado a plantações.

Oliveira; Carvalho (2003, p. 96) destaca que,

(...) a coleta seletiva consiste na separação dos materiais já na fonte produtora para que possam ser posteriormente reciclados. Para que se torne uma realidade, porém, é necessário informar e orientar a população a acondicionar separadamente os diferentes tipos de materiais e que os órgãos responsáveis pela coleta a realizem de modo seletivo, encaminhando os resíduos a um centro de triagem.

Em se tratando da reciclagem há uma série de vantagens, dentre elas:

- economia de matérias-primas virgens;
- economia de energia no processo de produção dos reciclados;
- redução do volume de lixo de difícil degradação no solo, poupando os aterros sanitários, que são escassos e problemáticos, além de facilitar a compostagem do lixo orgânico (OLIVEIRA; CARVALHO, 2003, p. 96).

A reciclagem de 1 tonelada de papel representa a não derrubada de vinte árvores (OLIVEIRA; CARVALHO, 2003).

O governo tem promovido inúmeras campanhas com o intuito de conscientizar a população sobre o problema do lixo nas grandes cidades. Cidades como São Paulo tem encontrado dificuldade para fixar um lugar próprio de depósito de lixo e nas ruas quando chovem o lixo entope os bueiros provocando um grande caos, além de doenças na população.

No que se refere à legislação, pode-se mencionar que embasados no artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal (CF), há normas de âmbito nacional, determinando o destino de determinados produtos, principalmente agrotóxicos, pneus, pilhas e baterias. Os agrotóxicos pela Lei nº. 9.974/00 são obrigação da devolução pelos usuários das embalagens de agrotóxico vazias (MATTOS, 2006).

A Resolução n. 258 de 26 de agosto de 1999, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), dispõe que:

As empresas fabricantes e importadoras de pneumáticos ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional, na proporção definida nesta Resolução relativamente às quantidades fabricadas e/ou importadas (MATTOS, 2006, p. 43).

Com a meta de motivar o processo de reciclagem no Brasil, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) instituiu por meio da Resolução n. 275 de 25 de Abril de 2001, com base nos padrões adotados internacionalmente, o Código de Cores para os diferentes tipos de resíduos (FIGURA 8), a serem admitidos pelos coletores e transportadores, bem como em campanhas informativas da coleta seletiva. Segundo esta classificação, definiram-se as seguintes cores: AZUL: papel/papelão; VERMELHO: plástico; VERDE: vidro; AMARELO: metal; PRETO: madeira; LARANJA: resíduos perigosos; BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; ROXO: resíduos radioativos; MARROM: resíduos orgânicos; CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação. Enfatiza também a importância dos 3 Rs, sendo eles *Reduzir*, *Reutilizar* e *Reciclar* (BRASIL, 2001).

Nas escolas, os educadores tem mostrado e explicado como se separa o lixo de acordo com cada latão específico pela sua cor, para que os alunos separem-no em sua residência (FIGURA 8).



Figura 8 – As principais cores da reciclagem

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Alguns materiais que podem ser recicláveis: jornais e revistas, envelopes, cartazes, latas de óleo, sucatas em geral, copos, garrafas, tubos, sacos em geral (OLIVEIRA; CARVALHO, 2003).

A Educação Ambiental é considerada um processo contínuo, que se deve estender para toda a vida de um indivíduo, centrado em abordagens de resolução de problemas, ocorrendo através de agentes formais e informais de educação e promovendo a integração da educação na comunidade.

Portanto é de extrema importância que crianças da Educação Infantil aprendam, vejam o que é na prática a Educação Ambiental, para que no futuro sejam adultos conscientes em relação ao meio ambiente, e até mesmo ao respeito para com o próximo. Sim, pois é justamente nesta fase que a criança assimila todas as experiências para transformá-las em atitudes no decorrer de sua vida.

Contudo, esse trabalho da reciclagem tem sido muito difícil, pois nem todos participam, nem todos tem consciência de que o meio ambiente está sendo degradado em meio a tanto lixo.

A união da Educação Infantil e da Educação Ambiental é de extrema necessidade para criar uma nova geração que respeite a natureza, a admire e que acima de tudo se veja como parte dela, além do que conscientizar a criança pequena de como o lixo é danoso para o ambiente em que vive, para o meio ambiente, mostrando que reciclá-lo é uma grande solução.

Desta forma, esse capítulo tratará de como os educadores da Educação Infantil em meio à reciclagem, realizando jogos e brincadeiras para com as crianças podem estar colaborando em mostrar a importância da reciclagem para o meio ambiente e ao mesmo tempo trabalhando o lúdico em prol de um melhor processo de ensino aprendizagem.

O trabalho com a reciclagem é de extrema importância para as crianças pequenas, principalmente envolvendo o lúdico, que como já foi dito, traz grande benefícios para o desenvolvimento e a aprendizagem das mesmas.

3.2 A RECICLAGEM NO PROCESSO EDUCACIONAL

Como a escola é uma instituição presente desde muito cedo na vida das

crianças, ela possui um peso grande em estar realizando um trabalho quanto ao lixo por meio do educador que deve apresentar tendência a conversar, ouvir, dialogar, permeando, desta forma, todo o conhecimento adquirido e procurando averiguar com profundidade essa situação que constitui ameaça ao meio ambiente a que pertencemos e refletir em conjunto (escola/comunidade) sobre ela, a fim de contribuir para uma solução.

Talamoni (2003, p. 89) revela que “a Educação Ambiental é um processo coletivo, que busca principalmente o diálogo como forma de se chegar a um objetivo desejado, com alternativas sócio-ambientais que favoreçam a grande maioria e que integre o ser humano no seu meio”.

A criança deve ter plena consciência de que o sentido da sua vida não é algo distinto do sentido do próprio planeta. Assim, ela deve se preocupar com a preservação do meio ambiente, até porque o ser humano vê como uma questão de qualidade de vida, de sobrevivência futura.

A saúde dos homens, o aumento da desigualdade social, a escassez de alimentos e de água potável, além de um ar poluído, com características de clima seco, de um horizonte sem brilho, lixos jogados pelas ruas das grandes cidades e em lixões imundos nas pequenas; nada mais são que males realizados pelo próprio ser humano, por meio de ações feitas por ele mesmo, ou por suas empresas que somente buscam o lucro.

Assim, a Educação Ambiental é extremamente importante para a criança da Educação Infantil, pois por meio do professor toda a degradação do meio ambiente que tem ocorrido deve ser de alguma forma comunicada e trabalhada por ele, para que a criança, que será o adulto do futuro não continue maltratando a natureza, e conseqüentemente provocando mais desastres ambientais.

O professor deverá trabalhar logo no início com projetos voltados para a reciclagem e o meio ambiente, mas embasados na realidade da criança, como por exemplo, procurar averiguar o lixo nas ruas, como é realizada a coleta seletiva da cidade ou mesmo da rua da criança, como é o lixo da residência de cada criança. Esse procedimento é de grande valia, porque a criança irá vivenciar o processo, ou seja, estará observando, tendo contato. É algo concreto, não apenas da imaginação, logicamente isso toca muito mais o ser humano, do que apenas figuras de revistas, filmes, *internet*.

Lopes (1990, p. 68) explica:

A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e ainda sobre os conteúdos escolares: precisam ser conduzidos de forma que, ao mesmo tempo em que transmitam a cultura acumulada, contribuam para a produção de novos conhecimentos.

O professor deve atuar deixando que as crianças da Educação Infantil aprendam com base em sua vivência e experiências, porque por meio desse procedimento haverá a contribuição para que todos se sintam inseridos diante do processo da Educação Ambiental.

Portanto, a escola é o melhor ambiente de conscientização de que o meio ambiente deve ser valorizado e assim deve trabalhar com projetos, campanhas; atitudes essas que mobilizam a todos em prol do combate ao lixo e do favor a reciclagem como meio de solução.

Abrindo a possibilidade para o surgimento de uma escola crítica e inovadora, é necessário um vínculo entre o professor e o aluno; estabelecendo o trabalho de ensino aprendizagem, a qual permita o diálogo com o conhecimento.

Hoje na educação, um grande problema encontrado nas escolas é a falta de motivação e envolvimento dos alunos nos processos de aprendizagem. Principalmente porque para as crianças pequenas a compreensão da realidade se dá mais pelos aspectos concretos que pelos aspectos abstratos, porque eles necessitam estar emocionalmente envolvidos (TALAMONI, 2003).

Assim, o professor deve estar sempre inovando, trazendo novidades, despertando a criatividade das crianças, ou seja, a maneira de conduzir uma aula é que faz a diferença. Hoje, como o brincar está em voga um bom trabalho seria envolver, como já dito, a Educação Ambiental e o lúdico levando para a sala de aula momentos prazerosos que conduzirão a uma aprendizagem divertida e melhor conduzida.

Todos poderão confeccionar jogos e elaborar brinquedos por meio da reciclagem, por exemplo, do lixo da casa de cada um.

Os brinquedos confeccionados com materiais alternativos, além de ajudar a preservar a natureza, são oportunidades dadas à criança para desenvolver sua criatividade e seu pensamento crítico em relação ao desperdício, esse feito gera economia, diversão, educa na conscientização do meio ambiente, além de mostrar

“aquela” criança consumista que o que para ela é descartável pode se tornar algo lindo e valoroso.

Segundo Gomes (2003, p. 268),

(...) o professor ao aprender a construir e utilizar recursos didáticos variados e de fácil acesso, saberá orientar melhor seus alunos. O professor é mediador da relação entre aluno e o conhecimento, organizando o grupo e priorizando as atividades didáticas que possam ser significativas para a aprendizagem, de acordo com a realidade que trabalham e como perfil de seus alunos.

O lixo tem como objetos readquirir valor nas mãos das crianças. Sendo bem utilizado, pode servir também como material pedagógico. Principalmente no ensino fundamental, trabalhos com reciclagem do lixo podem contribuir na conscientização dos alunos em relação ao uso racional dos recursos naturais (OLIVEIRA; CARVALHO, 2003).

É possível trabalhar com materiais atraentes e educativos com baixo custo e ensinando o aluno a economizar e reaproveitar. O brincar é uma atividade natural e necessária para a criança, além de ser uma peça importante na sua formação.

Fazer com a criança monte seu próprio jogo com reciclagem é uma maneira de ela usar as próprias mãos, onde são capazes de explicar o que a máquina faz, ou seja, nossa própria identidade. A criança quando confecciona um jogo está em um momento de ludicidade, ela sente o prazer em ver a confecção de seu próprio brinquedo.

O período de criação do brinquedo é sempre fundamental e faz com que a criança veja o seu valor e é uma opção mais acessível às classes menos favorecidas.

A maioria dos brinquedos tem a finalidade de trabalhar a coordenação vicio motora, noções de tempo e quantidade, a relação entre número e quantidade de uma forma prazerosa para a criança e sustentável ao meio ambiente.

De acordo com Vieira (2012, p. 4),

(...) ao trabalhar a reciclagem também se trabalha a sensibilização, a compreensão e a responsabilidade do aluno. Na sensibilização, o aluno toma contato com o ambiente ou área de estudo e através de práticas de percepção ou simples observação, se percebe a dimensão ambiental. Na compreensão o aluno é levado a compreender os ciclos, atividades ou funções de cada parte do sistema de estudo em relação a dinâmica do todo. Na responsabilidade o aluno passa a identificar as responsabilidades devidas a cada integrante do sistema.

É de extrema importância destacar que o trabalho com reciclagem promove uma discussão de cuidados com o meio ambiente e deixa as crianças aptas a preservarem e atuarem no planeta em que vivem.

Atividades com sucatas fazem com que as crianças adquiram o desenvolvimento saudável, exploram a criatividade e auxiliam na formação infantil nos aspectos emocionais, intelectuais, sociais e físicos.

O educador tem que incentivar o aluno a separar os materiais orgânicos dos inorgânicos, fazendo assim o surgimento da organização como ser humano e, além disso, fica mais fácil na hora da confecção dos brinquedos. É fundamental a diversificação dos materiais reciclados para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. A construção de jogos por meio da reciclagem (FIGURA 9) proporciona ao aluno uma maneira prazerosa a construir ativamente seu aprendizado, fazendo assim que a construção lhe proporcione novos conhecimentos.



Figura 9 – Reciclagem – professora e alunos confeccionando jogos

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Os jogos além de ser uma das formas de divertimento da criança, facilitam o aprender e aumenta a capacidade de absorção do que foi ensinado, exercitando as funções mentais e intelectuais do jogador, além disso, esse processo conscientiza a criança sobre como estar utilizando lixo de forma que não haja degradação ao meio ambiente.

Assim, trabalhar jogos com reciclagem faz com que a criança imagine o que ela está fazendo pela natureza, se está prejudicando ou preservando e pensando como ainda pode melhorar.

É fundamental que o educador frise que a reutilização e a reciclagem são muito importantes, pois além de servirem para confecção de outros objetos, ao realizar tal processo os problemas que os lixos causam ao meio ambiente se tornarão menores. Jogos com reciclagem garantem ao aluno uma forma mais eficaz sobre o tema “reciclagem”, ou seja, eles passam a ter maior satisfação em aprender como prevenir a poluição do meio ambiente.

Portanto, em relação ao professor, não basta falar da Educação Ambiental, deve praticá-la juntamente com a criança, para ela vivenciar e sentir como o meio ambiente, a Terra é importante para a sua sobrevivência.

O jogo exige um esforço por parte da criança, onde ela tem que cumprir seus objetivos, fazendo com que ela busque no jogo ser desafiada pelo difícil, para demonstrar seu valor quando vencê-lo. O jogo faz com que gere um clima de fascínio em torno da atividade que o está desafiando a pensar.

O educador precisa trabalhar jogos dinâmicos e sempre junto com a recreação, proporcionando ao aluno, uma forma de interagir no meio social. A participação grupal faz com que eles possam adquirir hábitos de relações interpessoais descobrindo habilidades lúdicas.

Jogos montados em grupo fazem com que a criança descentralize do seu próprio egocentrismo e o obriga a considerar os pontos de vista dos outros.

Jogos confeccionados pela reutilização de matérias descartáveis acrescentam um caráter educativo, tanto de ordem ecológica, como econômica e não consumista.

Os jogos são formas de ensino que fazem com as crianças aprendam o que ninguém pode ensinar, além de lhes ensinar sobre seus mundos. “Ao brincar as crianças, praticam os processos complicados e estressantes do cotidiano, fazendo assim, com que possam adquirir maiores habilidades para se comunicar e viver em seu cotidiano” (ANTUNES, 2005, p. 76).

O brincar como algo puro, criativo, imaginativo, próprio mesmo de criança é capaz de construir em seu interior mais e mais prazer simplesmente por meio do ato de brincar.

Hoje o lúdico pode ser destacado diante do ser humano, como algo que gera emoção e razão. Nessa pesquisa, a emoção seria o divertimento, o prazer em brincar e a razão seria a conscientização da não degradação do meio ambiente por meio do lixo realizando assim a reciclagem de lindos jogos na produção de deliciosas brincadeiras.

3.3 A SUCATA COMO FATOR LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A criança até o final do Ciclo I do Ensino Fundamental tem seu desenvolvimento por meio de atividades lúdicas que logicamente perpetua o brincar, o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, jogos e brinquedos confeccionados pelas crianças sob a orientação do professor e utilizando-se de um material rico em possibilidades explorativas e manipulativas, como a sucata contribui de forma enriquecedora ao desenvolvimento global das mesmas.

“Para brincar de maneira espontânea e criativa, a sucata, os restos, os refugos, a matéria antes de ser elaborada e depois de haver sido usada, não um material muito rico, que não custa nada e que muitas vezes estaria poluindo o meio ambiente por não ser biodegradável” (MACHADO, 2007, p. 42).

É considerada sucata todo material descartável, aquele material vindo do lixo de uma sociedade de consumo e que aparentemente não tem mais utilidade, mas que, com um pouco de criatividade poderá ser reaproveitado.

Partindo do mau uso do consumismo e da falta de criatividade que o brinquedo industrializado traz a uma criança em sua fase inicial escolar, o brinquedo/sucata surge para preencher a lacuna entre a necessidade de consumir e a alegria de criar além de proporcionar o aprender, fazendo no contexto de sala de aula e criar um clima de socialização. E também havendo “aquela” junção, que foi dito de Educação Ambiental + lúdico = desenvolvimento e conscientização para um meio ambiente melhor, sem degradação.

Como destaca O Futuro do Presente (2007, p. 4),

(...) brinquedo feito com sucata, além de ajudar a preservar a natureza, é oportunidade dada à criança para desenvolver sua criatividade e seu pensamento crítico em relação ao desperdício (consequência do consumo desenfreado). É uma maneira simples, econômica e divertida de educar e ajudar na formação dos cidadãos mirins.

O manuseio de sucata em brinquedos (FIGURA 10) e jogos (FIGURA 11) permite ao educador verificar o estágio cognitivo em que a criança se encontra (FRIEDMANN, 2001).



Figura 10 – Brinquedos feitos de reciclagem

Fonte: <http://www.google.com.br/>



Figura 11 – Jogos feitos de reciclagem

Fonte: <http://www.google.com.br/>

Por princípio a sucata traz consigo elemento da transformação: é algo que passa a ser usado fora do seu habitual, como por exemplo, um cabo de vassoura, sementes e caroços, um liquidificador quebrado, caixas de papelão, uma garrafa de pet. Machado (2007, p. 42) conta que,

(...), além disso, a sucata é um brinquedo não-estruturado em que é preciso haver ação da própria criança para que a brincadeira aconteça; “O que eu posso fazer com palitos de fósforo riscados?”, ou... “O que uma concha do mar me sugere?” – vem daí um mundo tirado do nada, como o mundo maravilhoso do menino impossível.

Bettelheim (2001 apud MACHADO, 2007, p. 42) escreveu:

É surpreendente o que uma criança pequena pode aprender apenas brincando com o cartucho de papelão de um rolo de papel higiênico, ou quão construtivo e educativo pode ser brincar com caixas vazias. Antigamente, quando as linhas vinham em carretéis de madeira, as crianças pequenas usavam os carretéis como blocos, uma vez que sabiam que os carretéis de madeira tinham uma função essencial nos trabalhos de costura de sua mãe. Assim, pais e filhos viam algo de importante nos carretéis de madeira, ao passo que os blocos são importantes apenas para as crianças.

Hoje os carretéis são feitos de plástico, mas uma mãe pode pedir a sua costureira ou se caso ela mesma costurar para guardá-los para que o filho junto a ela ou a professora faça, por exemplo, as rodinhas de um carrinho.

A criança também pode juntar rolhas, caixinhas de fósforo, palitos de sorvete ou de comida chinesa para confeccionar com esses materiais brinquedos-sucata. Aqui pais e filhos podem interagir nesse trabalho. Não há necessidade de a sucata ser trabalhada apenas na escola, os pais também podem juntamente com seus filhos realizarem lindos jogos e brinquedos.

É interessante dizer que o lixo reutilizado e recriado traz consigo uma mensagem psicologicamente construtiva, como explica Machado (2007, p. 44),

(...), pois, de maneira simbólica ou por analogia, poderemos lidar internamente com o nosso “lixo” também, usando as partes que não nos agradam para dizer coisas, para fazer, e para ser mais integralmente. Para as crianças, isso se dá de maneira menos pensada, mais inconsciente, e num movimento lúdico no qual a sucata é um “nada” que pode vir a seu um “tudo”.

É que se pais valorizarem os brinquedos industrializados, os denominados

brinquedos da “moda” como aqueles brinquedos sofisticados e eletrônicos pode fazer com que a criança pense que o mundo exterior, a realidade, é mais importante que o interior, que é a vivência, a descoberta, o criar.

Nada melhor para o desenvolvimento de uma criança do que ela inventar e reinventar, utilizar a sucata, o material reciclado como ela quiser, da maneira que ela quiser, pois também esse “poder” usar trará a ela mais autonomia e diversidade de pensamentos. E como afirma Machado (2007, p. 45), “o brincar com sucata, restos e refugos exerce na criança a sua capacidade de escolha e que possa utilizar o material que escolheu da maneira que quiser”.

O papel do educador é importante durante as atividades, como o condutor do processo, provocando a participação coletiva e desafiando o aluno na busca de encaminhamento e solução dos problemas, pois é através do jogo que podemos despertar e incentivar a criança para o espírito de companheirismo e de compreensão.

3.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Como foi dito, há jogos comprados, os industrializados e tecnológicos que se utilizam de *chip* e de outras parafernálias modernas. Os de sucata se utilizam de latas de achocolatado, tampas, pedaços de madeira, retalhos de pano, copos de iogurte, entre outros.

Os jogos de Faz de Conta são também de grande importância para criança, pois eles são um meio de a criança assimilar o mundo real através do simbolismo e também de compreender o papel de cada personagem, que ela vive na imitação-criação, encontrando o seu próprio lugar. Há também as atividades consideradas naturais, como a vida ao ar livre, correr, trepar, pegar, fugir empurrar, chutar.

Os jogos coletivos são aqueles que permitem dispersão seguida de organização, embora não seja viável estimular a competição entre partidos; são bons os jogos em formação de roda, onde as crianças agem em conjunto, mas com alternância do papel principal; jogos de mesa estes são fáceis e educativos, como o dominó, mico-preto.

Assim, abaixo um exemplo de como brincar por meio de jogos e brincadeiras

envolvendo a sucata/reciclagem (PORTAL DO PROFESSOR, 2013):

Jogar boliche – A professora propõe as crianças confeccionarem juntamente ela, o material para o gostoso jogo. Assim irão utilizar 10 (dez) garrafas, 1 (uma) bola.

Desta forma, as crianças farão cartazes solicitando que as pessoas que doem garrafas de 600 ml de plástico transparente e lisas. Os alunos ficarão encarregados de trazerem meias usadas e jornal para realizarem a reciclagem e produzirem papel para enfeitarem as garrafas (FIGURA 12).



Figura 12 – Jogo de boliche.
Fonte: <http://www.google.com.br/>

Após a confecção do jogo, criar-se-ão as regras do mesmo.

Após compreenderem as regras, as crianças e a professora anotarão quantos pontos serão obtidos individualmente na 1ª, 2ª e 3ª jogadas respectivamente.

Em seguida farão uma tabela, tal qual modelo abaixo:

| Nº de pontos | | | | |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|--------------|
| | 1ª | 2ª | 3ª | TOTAL |
| Márcia | II | III | II | 7 |
| Catarina | I | II | III | 6 |
| Antônio José | IIII | I | II | 7 |
| Beatriz | III | II | I | 6 |
| Carolina | IIII | III | II | 9 |

Fonte: Elaboração nossa.

Dessa forma, as crianças desenvolverão o seu lado criativo, a professora trabalhará autonomia com elas no sentido de que irão ter a oportunidade de trabalharem o jogo e material segundo a criatividade das mesmas além de promover a conscientização da necessidade de se reciclar o lixo e assim evitar que haja acúmulo do mesmo, e conseqüentemente degradação do meio ambiente e também a interpretarem tabelas e gráficos. Tal atividade é um modelo que permite associar Educação Ambiental e o lúdico em prol do desenvolvimento da criança pequena.

CONCLUSÃO

Pode-se verificar que a criança em séculos passados não possuía infância.

Apenas com o Cristianismo a infância foi contemplada de forma que a criança podia brincar e se sentir “criança”.

Entretanto, somente com a chegada do capitalismo, a criança começou a ser vista não mais como um adulto em miniatura, mas como alguém que gostaria de brincar e ser respeitada em seus direitos. Neste período as crianças eram cuidadas por meio de creches assistenciais que visavam apenas a alimentá-las, a dar a elas segurança, mas não com educá-las pedagogicamente.

O brincar com jogos e brincadeiras era meramente recreativo sem intenção pedagógica, sem destaque para o aprender brincando, com prazer e criatividade.

Hoje, a maioria dos educadores ensinam as crianças, principalmente os menores da Educação Infantil por meio de atividades lúdicas. Logicamente que há escolas ainda que vivem em séculos passados, com visões tradicionais.

Aquelas as quais as crianças brincam aprendendo tem realizado projetos e unido a Educação Ambiental ao lúdico para que as crianças brinquem e se conscientizam de como podem estar ajudando a diminuir o lixo de suas casas em prol de um meio ambiente mais lindo, menos poluído, com mais vida.

É um trabalho imensamente rico, pois as crianças ao guardarem uma latinha, um carretel, um papel rasgado colorido, podem confeccionar jogos e produzirem gostosas brincadeiras e ao mesmo tempo ajudarem a limpar a sua cidade, o seu meio.

Foi visto, por meio de uma atividade citada no referencial teórico, o jogo de boliche, o quanto a criança ao criá-lo, jogá-lo pode estar aprendendo e se desenvolvendo a sua autonomia, a sua capacidade de pensar, o seu eu crítico, a sua posição perante o mundo.

Por tudo isso, é extremamente interessante que o educador faça a junção Educação Ambiental/lúdico, pois as crianças têm a necessidade de se desenvolverem, mas também de serem cidadãos conscientes em busca de um futuro melhor para os filhos que terão, para uma natureza pura, sem degradações.

Há na maioria das escolas da Educação Infantil, a Educação Ambiental, mas apenas sendo trabalhada por meio de livros didáticos. As crianças devem ter contato com a sua realidade, devem averiguar e estudar as questões ambientais do seu ambiente devem assistir a palestras, debates sobre as noções da coleta seletiva de lixo, hospitalar, industrial e domiciliar.

Desta forma, enquanto no Ensino Fundamental não se integrarem de forma concreta e real à questão da Educação Ambiental, menos chances teremos de conquistar melhor qualidade de vida. A Educação Ambiental vai além de comemorações de “semana do Meio Ambiente”, plantio de árvores e campanhas de proteção de animais e à natureza em geral. É preciso alertar as escolas sobre o processo de degradação do ambiente chamando a atenção para o que deveria ser preservado mas não foi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (atualizada). 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 13 mai. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Resolução CONAMA Nº 275/2001**. Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. 2011. Disponível em: < http://www.cidadessustentaveis.org.br/sites/default/files/arquivos/guia_elaboracao_planos_gestao_residuos_solidos_mma.pdf> Acesso em: 13 mai. 2013.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Distrito Federal, 1990.

BRANCO, S.M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 2001.

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez, 2003.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil. Prá que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRUZ, Maria Helena Simão. **Psicoterapia corporal**. 2000. Disponível em: < <http://www.organizando.psc.br/artigos/multidisc.htm>> Acesso em: 10 jun. 2013.

FARIA, Vitória & SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil**. Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. (Percurso). São Paulo: Scipione, 2007.

FRANCO, Raquel Rodrigues Franco. **A fundamentação jurídica do direito de brincar**. 2008. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000130063>> Acesso em: 14 jun. 2013.

FRIEDMANN, Adriana, et al. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. São Paulo: Scrita, 2001.

GOMES, Rejane Teresinha Dahmer. **Os recursos didáticos e a mediação entre o aluno e o conhecimento nas aulas de geografia**. Vitória: UFES, 2003.

KAMII, Constance & DEVRIES, Rheta. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget**. Trad. Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

LEONTIEV, A. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, T.M. Brinquedos: construindo e organizando espaços para brincadeiras de faz-de-contas. In **Revista do Processo**. Porto Alegre: Loyola, 1999.

LOPES, M. G. **Jogos na educação: criar, fazer, jogar**. 3. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Calos Thomaz. **Planejamento estado e crescimento**. São Paulo: Ática, 1990.

MACHADO, M.M. **O brinquedo-sucata e a criança: A importância de brincar / Atividades e materiais**. São Paulo: Loyola, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 2003.

MATOS, Paula. **Desenvolvimento Sustentável - Descarte do lixo**. Disponível em: <
http://www.webquestbrasil.org/criador2/webquest/soporte_derecha_w.php?id_actividad=15445&id_pagina=1> Acesso em: 11 ago. 2013.

MATTOS, Marluza. **Pneu velho, problema novo**. Junho 2006. Disponível em: <
<http://terraazul.m2014.net>>. Acesso em 28 jun. 2013.

MELO, José Pereira de. **Motricidade humana e pedagogia do movimento**. São Paulo: Mimeo, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisas qualitativas em saúde**. São Paulo: Huciter, 2004.

MOYLES, Janet. Só Brincar? **O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MURCIA, Juan M. e colaboradores. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NEOTTE, Linda. **Moda infantil na Idade Média, Jean Jacques Rousseau e a “criança produto”**. Disponível em: <<http://fashionatto.literatortura.com/2013/06/11/moda-infantil-na-idade-media-jean-jacques-rousseau-e-a-crianca-produto/>> Acesso em: 12 jun. 2013.

O futuro do presente. **Brinquedo de sucata**. 2007. Disponível em: <<http://ofuturodopresente.blogspot.com/2007/07/brinquedo-de-sucata.html>> Acesso em: 11 ago. 2013.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Maria Vendramini Castrignano de; CARVALHO, Anésio Rodrigues. **Princípios Básicos do Saneamento do Meio Ambiente**. São Paulo: Senac, 2003.

PORTAL DO PROFESSOR. Jogo de boliche. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=28938>> Acesso em: 12 jul. 2013.

RICHTER, Sandra Regina Simonis. **A marca da infância: quando o fazer é fingir**. GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07, 2009.

ROSEMBERG, F. **Creche**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

SANTOS, Santa Marli Pires dos; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. **Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Nelson Pedro. **Pedagogia afetiva**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, Aparecida Francisco da; KODAMA, Helia Matiko Yano. **Jogos no ensino de matemática**. II Bienal da Sociedade Brasileira de Matemática, UFBa, 2004. Disponível em: <<http://www.bienasbm.ufba.br/OF11.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

TALAMONI, J. L. B. & SAMPAIO, A. C. **Educação ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. São Paulo: Escrituras, 2003.

VIEIRA, Eliezer de Jesus. **A reciclagem como instrumento de ensino**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaaopedaletra.com.br/posts/monografia-a-reciclagem-como-instrumento-de-ensino/>> Acesso em: 02 ago. 2013.